

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – EVENTO – REFERENTE AO PROAD TRT Nº 6557/2024

Participação de servidores no Curso online: Execução Orçamentária e Financeira no Setor Público: teoria e prática Teoria e Prática – sob a ótica do MCASP da STN e da SOF

2 – JUSTIFICATIVA

Os servidores são responsáveis pelas emissões, registros, ajustes e acompanhamento dos fatos e atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial da Unidade Gestora, necessitando de treinamento para execução nas suas áreas específicas. Verifica-se que o curso, ora requerido, traz subsídios relevantes para as demandas da Unidade/Setor, apresentando uma abordagem prática de forma a permitir que os servidores possam aperfeiçoar e executar com confiabilidade e segurança na análise dos processos referentes aos registros de documentos no SIAFI, de forma a garantir a eficácia e a transparência na realização das funções que lhes são atribuídas (tudo em plena consonância com as diretrizes do MCASP/STN e da SOF).

Dessa forma, se faz necessário a participação dos servidores da Secretaria de Orçamento e Finanças para que continue no processo de aprendizagem e aperfeiçoamento, para o pleno conhecimento do sistema e das operações correlatas e bom desempenho nas suas atividades funcionais.

A capacitação está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021/2026, conforme: Objetivo Estratégico 10: Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira.

3 – OBJETIVOS E RESULTADOS PRETENDIDOS

O curso tem por objetivo discutir e compreender fundamentos do Orçamento Público e compreender as leis orçamentárias de maneira técnica, incluindo o ciclo orçamentário: elaboração, aprovação, execução, acompanhamento, legislações e o arcabouço normativo das leis orçamentárias, com ênfase na execução do orçamento da despesa.

Apresentar e discutir os conceitos, classificações e estágios referentes à Receita e Despesa Orçamentária e as inovações introduzidas nos procedimentos da execução orçamentária e financeira, previstos nos manuais de aplicação obrigatória em toda a Federação, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

Ao final da capacitação, os servidores estarão aptos a organizar e executar atividades típicas da administração pública relacionada a finanças públicas.

4 – METODOLOGIA

O curso será apresentado em slides de forma expositiva e dialogada, abordando os aspectos relacionados aos conceitos. Haverá exposição teórica e atividades práticas (exercícios e estudos de caso) bem como com a realização de oficinas simulando situações reais para proporcionar a integração e uma maior assimilação do conteúdo. Em todas as aulas haverá tempo segregado para discussão, onde os alunos poderão interagir diretamente com o instrutor e tirar dúvidas. As aulas serão transmitidas pelo aplicativo de videoconferência Google Meet.

5 – DATA E LOCAL

O evento será realizado na plataforma virtual da empresa, no período de 22 a 26/07/2024, das 8h00 às 13h00.

6 – CARGA HORÁRIA

Carga horária de 24 horas-aula

7 – CONTEÚDO

Módulo I – Orçamento Público

1. Conceito e importância; 2. Instrumentos de Planejamento (PPA x LDO e LOA); 3. Princípios orçamentários; 4. Ciclo orçamentário; 5. Créditos Adicionais e suas características.

Módulo II – Movimentação de Créditos Orçamentários x Programação financeira

1. Descentralizações de Créditos (interna e externa); 2. Contingenciamentos (limitações de empenho); 3. Atribuições dos órgãos central e setorial de programação financeira; 4. Cota, Repasse e Sub-repasse.

Módulo III – Despesa Orçamentária

1. Conceito e Classificações; 2. Estágios da Despesa; 3. Conceitos de materiais de consumo e permanente, serviços de terceiros, obras e instalações; 4. Principais dúvidas nas classificações orçamentárias.

Módulo IV – Receita Orçamentária

1. Conceito; 2. Classificações; 3. Estágios da Receita.

Módulo V – Despesas de Exercícios Anteriores

1. Conceito; 2. Ocorrência e formalização; 3. Reconhecimento de Dívida.

Módulo VI – Restos a Pagar

1. Inscrição, reinscrição e cancelamento; 2. Classificação: Processado e Não processado (em liquidação x a liquidar); 3. Improriedades na inscrição de Restos a Pagar.

8 – Ministrante

Francisco Gláuber Lima Mota

Breve Currículo:

Contador da Câmara dos Deputados e Membro da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal - ACICONDF, é autor dos livros Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2022 – 2ª edição) e Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Aspectos Patrimoniais (2015 – 1ª edição) e coautor dos livros Curso de Siafi – Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira Federal (2014) e Fundamentos da Redução ao Valor Recuperável dos Ativos(2017), além de artigos científicos aprovados em congressos nacionais e internacionais e de artigos publicados no Boletim de Administração Pública Municipal.

9 – PÚBLICO ALVO

ANDRÉ DE CASTRO PEREIRA MACEDO e JOSÉ CAETANO LEITE

10 – INSCRIÇÕES

As inscrições foram solicitadas por meio de e-mail.

11 – CERTIFICADOS

Serão enviadas à SEGEPE lista com os nomes dos participantes para os competentes registros.

12 – CUSTOS

O valor da inscrição é de R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais) por participante.
Valor total das duas inscrições: R\$5.520,00 (cinco mil, quinhentos e vinte reais).

13 - FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

Inexigibilidade de licitação, conforme previsão legal estabelecida no **art. 74, III, alínea “f” c/c §3º, da Lei nº 14.133/2021.**

Desta forma, para fins do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, considera-se

de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

14- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das obrigações insculpidas na Lei n.º **14.133/2021**, constituem-se como obrigações do contratante:

Enviar nota de empenho com antecedência do evento.

15- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

Além das obrigações insculpidas na Lei n.º **14.133/2021**, constituem-se como obrigações da contratada:

- Certificado de participação

Deverão ser observados os critérios e práticas de sustentabilidade contidas na Resolução n. 310/CSJT, de 24 de setembro de 2021.

Não deverá ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

Não deverá possuir cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016.

Deverá obedecer as normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Deverá fornecer a seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços e que fiscaliza o seu uso, em conformidade com a Norma Reguladora nº 6 – MTE.”

13 – EMPRESA

DLS TREINAMENTOS LTDA ME

CNPJ: 29.300.259/0001-30

QUADRA QNB 2, LOTE 36, SN - PARTE E, no CEP 72.115-020 - Taguatinga Norte, Brasília

contato@dlstreinamentos.com.br

Valéria Cristina da Cunha Lima
Secretária Executiva da EJUD13-Substituta